

O CONHECIMENTO *A PRIORI* DA IDEIA DE DEUS

Guilherme Diniz da Silva*

Resumo: Na filosofia de Descartes, a ideia de Deus tem um papel determinante para a constituição do sistema epistemológico, devido fundamentalmente à necessidade da atemporalidade das verdades compreendidas pelo *cogito*. Ao intuí uma segunda evidência, a primeira é remetida para a memória, levando assim à perda de sua atualidade. Somente uma realidade atemporal pode garantir a presença das verdades que o raciocínio precisa interligar para formar o conhecimento. Contudo, sem o conhecimento da natureza dessa garantia, ou seja, sem o conhecimento da essência divina, não seria possível sustentar a coerência da filosofia cartesiana, ao pretender embasar as ciências sobre a metafísica. Por isso, Descartes precisa mostrar que a ideia de Deus é cognoscível. Mas, como seria possível conhecer a essência de Deus, sendo o *cogito* uma realidade intelectualmente finita?

Palavras-chave: realidade formal, essência, ideia, Deus, conhecimento.

Descartes pretende nas *Meditações Metafísicas* levar a dúvida metódica até o seu limite, duvidando não só de todas as suas opiniões, mas até mesmo do *corpo próprio* e dos raciocínios matemáticos¹. Contudo, ao levar a efeito essa intenção, a ação do pensamento, enquanto duvida de todas as coisas, não pode deixar de existir, ou ser falsa. Pelo menos uma coisa é certa: o *cogito*². Não obstante, a verdade do pensamento é temporal, ou seja, somente é real durante o tempo em que é autorrepresentada. Ao considerar outros conteúdos de representação, a verdade de si, primeiramente compreendida, deixa de ser verdadeira. Por isso, há a necessidade de um fator mais eminente do que o *cogito* para garantir a estabilidade da verdade³.

Esse fator se apresenta sob a forma da ideia de Deus. A partir dos princípios de *causalidade e correspondência*⁴ (o nada não é causa de alguma coisa e o menos perfeito não é causa do mais perfeito) foi possível desenvolver as provas *a posteriori*⁵ da existência de Deus. Ao demonstrar que a realidade objetiva⁶ do ser perfeito e infinito exige uma causa perfeita e infinita, Descartes pretendeu

* Faculdade de São Bento (São Paulo - SP). Graduação com bolsa de Iniciação Científica concedida pela FAPESP. Orientação: Franklin Leopoldo e Silva. E-mail pessoal: guilherme.diniz.op@hotmail.com

¹ AT, IX, 13.

² AT, IX, 19.

³ LANDIM FILHO, 1992, p. 112 passim.

⁴ AT, IX, 32.

⁵ AT, IX, 36.

⁶ AT, IX, 32.

afirmar que esta causa é a própria realidade formal⁷ de Deus. Uma vez que o *cogito* não é capaz de engendrar a ideia de Deus, é preciso concluir que há uma causa não menos divina para ela. A tarefa do pensamento destina-se agora para a possibilidade de compreensão da garantia da verdade, isto é, da essência divina.

Quais são as condições de possibilidade da apreensão da essência divina? A resposta a essa pergunta encontra-se na prova *a priori*⁸ da existência de Deus, visto que a natureza dessa demonstração tem como ponto de partida a própria essência divina. Na prova *a priori*, a ideia de “ser sumamente perfeito”⁹ implica a existência necessária, haja vista que a existência, ou substância, é uma perfeição. A finalidade desse raciocínio é revelar a relação necessária entre veracidade e existência. Noutros termos, é preciso comprovar que a realidade formal de Deus (essência divina) é conforme a realidade formal da ideia de Deus (imagem verdadeira da essência divina).

Mesmo não tendo existência fora do pensamento, várias realidades formais continuam sendo verdadeiras (o caso da ideia de triângulo é paradigmático). Pois, toda realidade formal é *per se nota*, isto é, a realidade e a evidência são inerente uma a outra (se a evidência é verdadeira, *a fortiori* o verdadeiro é real). Porém, as realidades formais são evidentes ainda que não haja existência além do pensamento nem dependência com este (as realidades formais podem existir somente no pensamento e serem, ao mesmo tempo, independentes do pensamento). A razão disso deve-se à essência determinada (autoconstituição da realidade formal a partir da evidência). Toda realidade formal traz consigo a impossibilidade de invenção noemática. Por isso, a verdade dessas ideias só poderia provir da realidade formal de Deus. Assim, também na prova *a priori*, deve-se dizer que Deus é criador de sua própria ideia.

Partido do princípio de que a evidência confere a significação da verdade, não seria em vão observar que a evidência da ideia de Deus é a condição para o conhecimento *a priori* da verdade divina. Com efeito, o conhecimento *a priori* se exprime através da ideia *per se nota*, sobrelevando-se ao conhecimento *a posteriori* das provas pelos efeitos. Por isso, a ideia *per se nota* de Deus deve permitir a completa apreensão da realidade divina, uma vez que a amplitude exigida não é inferior à intelecção da essência de Deus.

Contudo, como é possível conhecer a Deus a partir de sua realidade formal? Como pode o finito conhecer o infinito? Na verdade, o infinito só pode ser entendido (*intelligere*), nunca compreendido (*comprehendere*)¹⁰. Enquanto que a compreensão orienta-se para a delimitação conceitual, a intelecção limita-se apenas a tangenciar nocionalmente. Por isso, pode-se conhecer a Deus sem compreendê-lo conceitualmente. Pois, o conhecimento de Deus é antes o resultado da percepção do que da predicação. Uma vez que os atributos são conteúdos acidentais relativos à vontade do sujeito e as propriedades, conteúdos essenciais, independentes de qualquer volição, a predicação de atributos divinos não seria considerável; ao contrário, somente a percepção de propriedades divinas teria *status* cognitivo. Uma vez admitido que as propriedades divinas são realidades formais, é preciso concluir que a ideia de Deus é incompreensível, na medida em que é inteligível (o conhecimento *a priori* de Deus é uma “incompreensão positiva”). Isso significa que Deus

⁷ GUEROULT, 1968, p. 172-173.

⁸ AT, IX, 52.

⁹ AT, IX, 52.

¹⁰ BEYSSADE, 2009, p. 236.

é, ao mesmo tempo, perfeito e infinito (inteligível e incompreensível)¹¹. Somente o Ser enquanto unidade de perfeições poderia realizar a síntese do inteligível com o incompreensível. Contudo, vale salientar que Deus não é incompreensível em si, e sim que o *cogito* não pode esgotar a compreensão do infinito através de um conceito. A incompreensão positiva é na verdade uma compreensão finita do infinito.

Em suma, a ciência perfeita¹² (*universali Sapientia*)¹³ depende da estabilidade da verdade, garantida por Deus. Para o sistema se completar, é preciso conhecer a natureza da garantia atemporal das verdades que formam o tecido dessa ciência. Contudo, o conhecimento *a priori* da garantia divina é paradoxalmente uma incompreensão positiva. Isso significa que o conceito tem sua origem na verdade, mas nem por isso se pode compreender conceitualmente a verdade. A legitimidade da ciência perfeita (conceito do verdadeiro) não exige, como se poderia pressupor, o conhecimento perfeito (conceito da verdade)¹⁴. Somente Deus poderia conhecer perfeitamente (conhecimento adequado). O *cogito*, ao desfrutar da intuição intelectual (*intuitus mentis*)¹⁵ e da dedução lógica (*deductio* ou *inductio*)¹⁶, somente pode empreender uma ciência perfeita (concepção adequada)¹⁷. Por isso, o conhecimento *a priori* de Deus é uma intuição *per speculum*¹⁸. Enquanto que a intuição implica uma inteligibilidade, o raciocínio leva à impossibilidade da redução conceitual. Com razão, a essência divina deve ser apreendida de modo *imediato* e *reflexivo*, pois o conhecimento *a priori* de Deus é uma *reflexão* da *ideia inata* de Deus (construção indutiva a partir da experiência interna do *cogito* ao meditar a ideia de Deus)¹⁹.

Referências

Principal

1. DESCARTES, R. **Œuvres de Descartes**. 11 vols. Publiées par Charles Adam et Paul Tannery. Paris: Vrin, 1996.

Secundária

¹¹ BEYSSADE, 2009, p. 237-238.

¹² AT, IX, 56.

¹³ AT, X, 360, 19-20.

¹⁴ DEVILLAIRS, 2004, p. 135.

¹⁵ AT, X, 400, 21.

¹⁶ AT, X, 400, 22-23.

¹⁷ AT, IX, 48.

¹⁸ DEVILLAIRS, 2004, p. 131.

¹⁹ BEYSSADE, 2009, p. 231-232.

2. BEYSSADE, J.-M. A ideia de Deus e as provas de sua existência. In: COTTINGHAM, J. (org.). **Descartes**. Aparecida: Ideias & Letras, 2009, p. 213-241.
3. DEVILLAIRS, L. **Descartes et la connaissance de Dieu**. Paris: Vrin, 2004.
4. GUEROULT, M. **Descartes selon l'ordre des raisons**. 2 vols. Paris: Aubier, 1992.
5. LANDIM FILHO, R. **Evidência e verdade no sistema cartesiano**. São Paulo: Loyola, 1998.